



ANALÍTICA DA COLONIALIDADE E DA DECOLONIALIDADE: ALGUMAS DIMENSÕES ESPACIAIS BÁSICAS EM ARQUITETURA¹

LEO NAME

Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia (FAUFBA) -
R. Caetano Moura, 121 - Federação, Salvador - BA, 40210-905
<https://orcid.org/0000-0002-1963-1094>
lpnname@gmail.com

Recebido: 24/10/21020

Aceito: 06/04/2021

RESUMO

Parto de um artigo de Nelson Maldonado-Torres, no qual ele apresenta dez teses com vistas a uma analítica da colonialidade e da decolonialidade, mas ressalvo sua pouca atenção concedida à análise espacial, como faz boa parte da literatura decolonial. Assim, proponho um esboço de uma outra analítica, com base no giro decolonial, mas voltada ao espaço e, em especial, à arquitetura. Em um primeiro movimento, apresento questões fundamentais do giro decolonial, delas destacando algumas dimensões espaciais básicas poucas vezes esmiuçadas. Em seguida, delinco quatro novas “teses” alicerçadas no giro decolonial voltadas à arquitetura.

Palavras-chave: giro decolonial, espaço, arquitetura, colonialidade, decolonialidade.

RESUMEN

Basado en un artículo de Nelson Maldonado-Torres, en el que presenta diez tesis con miras a una analítica de la colonialidad y la decolonialidad, sin embargo, se destaca su poca atención al análisis espacial, como lo hace gran parte de la literatura decolonial. Así, se propone un esbozo de otra analítica, en base del giro decolonial pero orientado al espacio y, en particular, a la arquitectura. En un primer movimiento, se presentan cuestiones fundamentales del giro decolonial, destacando algunas dimensiones espaciales básicas que rara vez son objeto de atención. A continuación, se discuten cuatro nuevas “tesis” basadas en el giro decolonial y centradas en la arquitectura.

Palabras clave: giro decolonial, espacio, arquitectura, colonialidad, decolonialidad.

ABSTRACT

Based on an article by Nelson Maldonado-Torres, in which he presents ten theses with a view to an coloniality and decoloniality analytics, however, his little attention given to spatial analysis is highlighted, as does much of the decolonial literature. Thus, it is proposed an outline of another analytics, based on the decolonial turn but focused on space and, in particular, architecture. In a first movement, fundamental issues of the decolonial turn are presented,, highlighting some basic spatial dimensions that are rarely considered. Then, four new “theses” based on decolonial turn and focused on architecture are discussed.

Keywords: decolonial turn, space, architecture, coloniality, decoloniality.

¹ Um esboço deste texto recebeu a atenta leitura e as profícuas sugestões do arquiteto Oswaldo Freitez Carrillo e do sociólogo urbano Frank Andrew Davies, a quem agradeço muitíssimo.



O título deste trabalho faz óbvia alusão ao artigo “Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas”, de Nelson Maldonado-Torres (2018) – nome basilar do chamado “giro decolonial latino-americano” (WALSH, 2005; CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007; RESTREPO; ROJAS, 2010). O intelectual porto-riquenho parte de uma analítica crítica a “*pressuposições científicas referentes a tempo, espaço, conhecimento e subjetividade*”, para elaborar cinco teses sobre as características e os efeitos da colonialidade e outras cinco sobre ações em relação à decolonialidade. A potência de suas proposições é indiscutível: tempos e temporalidades são analisados de maneira complexa (justapostos e alicerçados na análise de longa duração), problematizam-se subjetividades modernas permeadas por colonialidades e desmonta-se o conhecimento imposto como universal. Uma leitura atenta reconhece no texto, porém, o que a respeito da literatura decolonial começa-se a reclamar (ESCOBAR; VERÍSSIMO, 2020; FARRÉS; CUNHA; NAME, 2020; GUTIÉRREZ; NAME; CUNHA, 2020; MOASSAB; RUGERI; FREITEZ; NAME, 2020): em nenhuma das dez teses há atenção a *dimensões espaciais*, isto é, a espaços e espacialidades e, especificamente, ao papel da arquitetura na produção da colonialidade.

Redijo este artigo no momento de ascensão ao poder de forças ultraconservadoras na América Latina e no Caribe – que, no Brasil, têm indisfarçáveis traços genocidas, etnocidas, ecocidas e memoricidas – e do avanço da pandemia da covid-19. À medida que se escancara o racismo estrutural de um projeto civilizatório que, afinal, produz e reproduz determinados espaços à custa de usurpação, destruição e invisibilização de outros, o preocupante quadro atual torna mais relevantes os contributos decoloniais, que apre-

sentam a ideia de raça como principal operador de hierarquias ainda presentes – além de instigar campos, como o da arquitetura, a repensar suas teorizações, tendo-os em conta.

Assim, na próxima seção, exporei questões primevas e fundamentais do giro decolonial a respeito da modernidade/colonialidade, delas destacando dimensões espaciais básicas, as quais julgo poucas vezes esmiuçadas. Na sequência, lançarei minhas próprias “teses” sobre a colonialidade e a decolonialidade: apenas quatro e relacionadas à arquitetura.²

CIVILIZAÇÃO MODERNA OCIDENTAL COMO MODERNIDADE/ COLONIALIDADE: DIMENSÕES ESPACIAIS BÁSICAS³

Maldonado-Torres denuncia a falaz ideia de que a civilização moderna ocidental é uma formação socioespacial apogética, comparada a outras adjetivadas como bárbaras, selvagens ou primitivas (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 31). Ele desvela o *ethos* etnocêntrico, dualista, evolucionista, difusionista e colonizante da concepção que vê a modernidade como uma sucessão de *eventos conduzidos por europeus em espaços intraeuropeus*, dos quais resultariam níveis superiores de sociedade, cultura, progresso, desenvolvimento, soberania e nação – em verdade inalcançáveis para a maioria dos demais povos e lugares, já que emolumentos que poucos obtêm dependem dos prejuízos de muitos. Com razão, se pode apontar que tais críticas não se restringem ao debate decolonial: estão em um conjunto mais amplo cujos escritos – anticoloniais, feministas, pós-coloniais e subalternos, entre outros (BLAUT, 1993; HARAWAY,

² Nomeio as seções e as três primeiras de minhas “teses”, neste texto, fazendo referência aos títulos de Nelson Maldonado-Torres (2018) para suas próprias seções e teses. Com isso, viso a que meu artigo seja lido em paralelo ao deste autor. Assim se poderá ver seu painel geral da colonialidade e da decolonialidade em igual passo às dimensões espaciais que apontarei, ausentes no seu debate (e outros escritos decoloniais). Acho “tese” um termo pretensioso, mas o mantive para reforçar o exercício comparatista – por isso, uso-o entre aspas quando enunciando minhas ideias. A quarta “tese” tem título próprio porque se refere a um debate que é bem específico ao campo de arquitetura e já aponta para considerações finais. Obviamente, outras teses são possíveis para o campo.

³ Aludo, aqui, ao título da primeira seção do texto de Nelson Maldonado-Torres: “Civilização moderna ocidental como modernidade/colonialidade”. Op. cit., p. 30-32.

[1988] 1995; WALLERSTEIN, [1997] 2002; FANON, [1961] 2005; [1952] 2008; CONNELL, 2007; MEMMI, [1985] 2007; SANTOS; MENESES, 2009; SPIVAK [1985] 2010; COMAROFF; COMAROFF, [2012] 2013; ROY, [2011] 2017; MBEMBE, [2013] 2018 CÉSAIRE, [1955] 2020) – compartilham juízos sobre a manutenção do patriarcado capitalista e racista, a perpetuidade dos legados do colonialismo e do eurocentrismo e os privilégios de enunciação.⁴

O que torna, então, o giro decolonial distinto?

Creio que três dimensões espaciais básicas o singularizam, a primeira delas apresentada por Walter Dignolo. O semiólogo argentino desacredita o postulado cartesiano do sujeito universal, apontando como inexorável a relação entre espaços geográficos e localizações epistemológicas. Convida-nos, também, à disputa em torno da concepção, da produção e da partilha de conhecimentos, fundeada em uma analítica que, ao optar pela decolonialidade, assume sua localização subalterna e desde o sul – aberta a formas de pensamento que desnaturalizam a centralidade das epistemologias norte-atlânticas (MIGNOLO, [1999] 2015a; [2003] 2015b). Assinalando que a modernidade emergiu na invasão das Américas e provendo-nos de uma segunda dimensão espacial, Enrique Dussel acusa que tal centralidade é derivada de uma imposição militar, política, social, cultural e pedagógica – conduzida pelas expansões portuguesa e espanhola e, depois, pelos imperialismos da Inglaterra e dos Estados Unidos. Não a tratando como conceito, “espírito” ou “essência” aplicáveis a diferentes realizações geo-históricas, o filósofo argentino diz que a modernidade é um evento singular, situado e irrepetível: não pode ressurgir ou renovar-se, nem se enredar a outras tradições culturais e intenções políticas.

Mundos futuros, melhores, somente se desenharão desde outros *lugares* – geográficos, ontológicos, históricos, antropológicos e ético-políticos (DUSSEL, 2000; 2018).

Aníbal Quijano nos mune de uma terceira dimensão espacial. Antes um notório nome do dependentismo latino-americano, o sociólogo peruano pensou sobre a colonialidade somente a partir da década de 1990 (QUIJANO, 1992; 1999; 2000; GROSGOUEL, [2000] 2013; NAME, 2019; RUBBO, 2019; VELLOSO, 2020). À semelhança de marxistas negros que antes apontaram o racismo como princípio organizador do capitalismo (GROSGOUEL, 2018; ROBINSON, [1999] 2018), o autor concebe a colonialidade como uma classificação racial global que, desde 1492, criou e renovou identidades. “Índio” e “negro” eram classificações hierárquicas, inexistentes antes da escravização de ameríndios e africanos no colonialismo, cotejadas a “europeu” – que não mais somente marcou procedência geográfica, mas que ainda hoje valora a *brancura* que regula diferenças (QUIJANO, 1999; MIGNOLO, [2007] 2008). Variando no tempo e no espaço, o que dela é ideado como distinto “*está localizado alhures, nos territórios onde se considera que ela não é dominante; é também inferior, bárbaro; e é também anterior, de um estágio primitivo da humanidade ou, no mínimo, de uma ‘tradição’ a ser suplantada*” (NAME; ZAMBUZZI, 2019, p. 124). É por isso que o fim do colonialismo não foi o fim da colonialidade (MIGNOLO, [2000] 2003) e que a ideia de raça e seus nefastos desdobramentos, objetivos, subjetivos e intersubjetivos, sempre situados, são o cerne da análise decolonial.

Usualmente, lembra-nos Maldonado-Torres (2018, p. 29-30), acusa-se o giro decolonial de almejar um regresso a formações socioespaciais pré-modernas.

⁴ O debate decolonial emergiu no Brasil somente nos últimos anos, mas no restante da América Latina e nos Estados Unidos há bastante tempo tem projeção – haja vista que o primeiro texto sobre colonialidade é da década de 1990 (QUIJANO, 1992). Ante essa tardança e sendo “decolonial”, agora e por aqui, um termo da moda, há ao menos dois riscos. O primeiro é o do sequestro epistêmico: feminismos negros, epistemologias do sul e estudos pós-coloniais, por exemplo, têm claros alinhamentos com o giro decolonial latino-americano, mas não podem ser com ele confundidos por terem genealogias fincadas a momentos geo-históricos muito distintos. Ademais, se o diálogo com tais aportes ou, ainda, com intelectuais como Frantz Fanon ou Lélia González (para ficar em apenas dois exemplos), é mais que necessário, chamá-los de “decoloniais” – algo estimulado, por vezes, por intelectuais do giro – reproduz a prática colonial de nominar sujeitos com adjetivos que não escolheram, desviando e obnubilando trajetórias e conceitos. O segundo risco, fazendo minhas as palavras da pesquisadora em design Karine Gomes Queiroz – em comunicação pessoal –, deriva de certa obsolescência acadêmica programada: a moda passará e os conceitos poderão cair em desuso sem que sua potência tenha sido de fato compreendida.

Outras desconfianças são que comete erro histórico ao indicar um papel à raça antes do século XVIII que a teria visto surgir como conceito (NAME, 2010; 2019); e que, ao “*propor simplesmente uma substituição de centralidade*”, pondo no lugar do eurocentrismo um “*americocentrismo*” ou um “*latinocentrismo*”, mantém a “*ideia de um centro coeso único, ou seja, trata-se de uma forma reducionista de compreender processos sempre em movimento, heterogêneos e múltiplos*” (JACQUES, 2020, p. 112-113).

A opção decolonial, porém, não defende a simples volta ao passado ou o traslado cartográfico. Como Mignolo, Dussel e Quijano elucidam, a modernidade não é um projeto emancipador inacabado ou um conjunto de aspirações em disputa, mas uma ideia provinciana imposta como universal mediante toda sorte de violências. Partindo desse acordo e levando em conta saberes normalmente desqualificados ou silenciados, a literatura decolonial se volta às assimetrias nos *circuitos locais* e nos *circuitos transatlânticos* de recursos, capitais e, sobretudo, de *ideias e corpos geo-historicamente racializados*, aos quais são outorgados benefícios e desvantagens. Enunciar a invasão de 1492 como o fato inaugural da modernidade também informa uma *localização epistemológica* que altera os fenômenos a considerar e o modo de avaliá-los, cruzando sincronias situadas com diacronias de longa duração.

Ademais, a ideia de raça, na conceituação da colonialidade, não se refere estritamente à classificação taxonômica apta a “*reduzir o corpo e o ser vivo a uma questão de aparência, de pele e de cor, outorgando à pele e à cor o estatuto de uma ficção de caráter biológico*” (MBEMBE, [2013] 2018, p. 13). Considerando que a raça já se apresentava nos conflitos de grupos tardo-medievais (FOUCAULT, [1997] 2010) e que, mesmo em textos científicos de antanho, nunca denotou somente entendimentos biológicos (NAME, 2010), a colonialidade e a branquidade estabelecem ligação com a *zona do ser* e a *zona do não ser*, anteriormente propostas por

Frantz Fanon ([1952] 2008) para delinear moralidades, práticas e discursos que humanizam ou desumanizam grupos (MALDONADO-TORRES [2004] 2008; GROSGOUEL, 2012). É assim que a opção decolonial pode avaliar que as pretéritas e assimétricas relações entre “brancos”, “índios” e “negros”, desde a Conquista, ainda compõem as conflitivas relações globais contemporâneas, visto que “raça” é *significante flutuante* (HALL, [1995] 2013): geo-historicamente opera diferenças – fenotípicas, mas também geográficas, linguísticas, culturais ou de gênero, por exemplo –, tornando-as discurso, escrita do poder de cada tempo e lugar.

QUATRO “TESES” SOBRE COLONIALIDADE, DECOLONIALIDADE E ARQUITETURA⁵

Os contextos espaciotemporais influem nos modos pelos quais a raça traduz-se em colonialidade – e essa, por sua vez, afeta como o espaço é concebido, percebido, vivido, representado, ocupado, expropriado, intervisto ou destruído. O giro decolonial instiga a perquirir uma analítica que aponte os modos pelos quais a colonialidade se manifesta nos espaços, os produz e reproduz, além de ensejar modos-outros de pensar – e projetar – os espaços em arquitetura.

A esse respeito, bosquejo as quatro “teses” a seguir.

Primeira “tese”: Colonialismo e descolonização provocam ansiedade em relação a estátuas, topônimos e ao campo da arquitetura⁶

O pensamento moderno/colonial preza narrativas sobre a branquidade heroica, como as de colonizadores que teriam “descoberto” terras e indígenas, concedido a afrodescendentes o fim da escravidão e, ainda hoje, estariam mantendo a ordem e a paz para o bem comum.

⁵ Faço alusão à seção “Dez teses sobre colonialidade e decolonialidade”, em Maldonado-Torres (2018, p. 32-50).

⁶ Aqui, faço referência à primeira tese de Maldonado-Torres (2018, p. 33-35): “Colonialismo, descolonização e conceitos relacionados provocam ansiedade”. Também diálogo com o que ele expõe em sua quinta tese (p. 42-44).

A decolonialidade denuncia-as como falácias que objetivam legitimar a ferocidade racista do processo civilizatório. Faz despontar, também, a insubmissão dos subalternizados que potencia o câmbio social (MIGNOLO, [2007] 2008; MALDONADO-TORRES, 2020). Exemplificam-no os eventos seguintes ao assassinato do afrodescendente George Floyd, em 25 de maio de 2020 – asfixiado por nove minutos por Derek Chauvin, policial branco que o abordou em Minneapolis, Estados Unidos. Mesmo durante uma pandemia global, vários protestos ao redor do mundo denunciaram o contraste entre ações brutais do Estado contra etnias minoritarizadas e o lugar simbólico que se reserva a figuras brancas que enfeitam os espaços públicos na forma de estátuas, no mais das vezes vinculadas à escravidão e ao colonialismo. Muitas foram derrubadas, outras substituídas (G1, 2020; REUTEURS, 2020; TRAVERSO, 2020). Ruas também receberam novos nomes (AFP, 2020), já que, como lembra o filósofo camaronês Achille Mbembe (2006), “*não há um único aventureiro branco, garimpeiro de ouro ou diamantes, pirata, torturador, caçador, [...] que não tenha uma viela com seu nome*”.

Vindicações de reparação histórica costumam ser rebatidas com dissimulação, violência e ansiedade. Críticas acusam que a condenação dessas figuras ocorre fora de seus contextos e sistemas de pensamento geo-históricos. Parecem ignorar, contudo, que quem derruba uma estátua de Cristóvão Colombo ou muda o nome de uma avenida de Francisco Fajardo para Cacique Guaicapuro não combate os personagens (que se manterão nos livros), mas o mito em torno deles: de que as Américas teriam sido *descobertas* – e não *invadidas*, disso decorrendo o genocídio e a escravização (LAGO, 2020). Também não ajuízam que o direito à memória dos subalternizados é constantemente negado e violentado.⁷ Se entendermos, porém, que erguer

estátuas e nomear ruas são marcas espaciais do discurso autoritário de quem vence, as trocas de uma escultura ou de um topônimo por outros, mesmo que significativos aos subalternizados, parecem ressoar a frase dita pela feminista lésbica afro-americana Audre Lorde: “*As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. Elas podem possibilitar que os vencamos em seu próprio jogo durante certo tempo, mas nunca permitirão que provoquemos uma mudança autêntica*” (LORDE [1979] 2020, p. 137). Uma micropolítica de antimonumentos, talvez, possa delinear limites entre depredação e intervenção artística, memória e esquecimento (SELIGMANN-SILVA, 2016). Ou, quiçá, trate-se de questão – na falta de outra palavra – curatorial e, como quis Mbembe (2006), há que reunir essas esculturas em um parque-museu que sirva de cemitério do colonialismo, estimulando não mais se erguer estátuas a ninguém.

A questão é complexa e exige que o debate sobre história e memória se estenda ao campo de arquitetura, o que é particularmente importante nas regiões latino-americana e caribenha. Por aqui, e nos cursos de arquitetura e urbanismo, a despeito de um sem-número de disciplinas e intelectuais defender que espaços importam, o grosso de teorias e referências a cidades, paisagens, arquiteturas, tecnologias, linguagens e estilos se situa em outros lugares, mormente parte da Europa e os Estados Unidos (LARA, 2018). Ademais, uma pedagogia colonial incorpora esse conjunto a uma linha de tempo que confunde devir com evolução civilizacional, artística ou técnica. Não é raro, também, que quem quer que solicite um desenho mais amplo de filosofias nos projetos pedagógicos de cursos – abarcando saberes afro-latinos, africanos e indígenas,⁸ por exemplo –, receba tão ansiosa resposta como a dada a quem reclama de estátuas de brancos genocidas: “é revanchista, essencialista”...

⁷ Elucido-o com duas ocorrências do Rio de Janeiro: as pichações no Monumento a Zumbi dos Palmares e a quebra, por Rodrigo Amorim e Daniel Silveira, de uma placa de rua em homenagem a Marielle Franco, vereadora lésbica e negra assassinada (TORRES, 2014; REDAÇÃO, 2018).

⁸ Além da obrigatoriedade da história e da cultura afro-brasileiras no ensino médio e fundamental – como preveem as largamente descumpridas Lei Federal no 10.639/2003 e Lei Federal no 11.645/2008 –, conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira, africana e indígena em um projeto pedagógico de curso são um indicador da qualidade de um bacharelado ou uma licenciatura – segundo instrução de uma autarquia do Ministério da Educação (INEP, 2017, p. 11-12) –, o que também é ignorado pelo grosso dos cursos de arquitetura e urbanismo do país.

Segunda “tese”: Colonialidade da arquitetura é diferente de arquitetura colonial, mas ambas se relacionam ao branqueamento da arquitetura⁹

Há que prezar uma analítica que distinga os colonialismos modernos – os modos pelos quais impérios ocidentais desde a Conquista dominaram territórios e populações além-mar – da ordem global de desumanização baseada na raça de que trata a colonialidade, que ainda atravessa saberes e relações sociais (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 36-37). Também se deve distinguir a colonialidade da arquitetura da arquitetura colonial – a última referente ao conjunto de construções erguido pelos donos do poder nos territórios invadidos desde 1492 até as independências. Ambas, contudo, estabelecem ligação com o que Abdias Nascimento ([1978] 2016) batizou de genocídio cultural – e que, no debate do nosso campo, e também apontando seus efeitos nas iniciativas de patrimonialização no Brasil, a arquiteta Andréia Moassab (2019) vem chamando de branqueamento da arquitetura.

Yasser Farrés Delgado, arquiteto cubano domiciliado na Colômbia, diz-nos que os padrões de poder da colonialidade estabelecem concepções hegemônicas do território, do urbano e da arquitetura que validam superioridades à cidade moderna regulada pelo estado-nação moderno e branco-burguês. E que, igualmente, inferiorizam outras formas de existência, organização espacial e construção: assentamentos rurais, favelas, quilombos, comunidades ciganas e aldeias indígenas, por exemplo. Também legitimam, por fim, que certas práticas e determinados saberes, conduzidos por elites econômicas, profissionais e institucionais – várias vezes etnorraciais, porque predominantemente brancas – detenham a enunciação sobre como conceber, projetar, edificar, habitar, apreciar, historicizar e preservar a arquitetura e a cidade (FARRÉS, [2016] 2020; FARRÉS; CUNHA; NAME, 2020).

Na América Latina e no Caribe, é capital o papel da arquitetura do passado na tradução espacial das hie-

rarquias raciais do presente. Mormente são eleitas como patrimônio a ser protegido as edificações da administração colonial, imperial ou de novas repúblicas, os empreendimentos da economia escravista e os templos católicos. No Brasil, levantamentos recentes mostram que mais da metade dos bens materiais arquitetônicos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional atende a esse perfil, ao passo que apenas 1% concerne a matrizes africanas. Não há, além disso, *nenhuma* arquitetura indígena protegida. Em contraste, as matrizes africanas e indígenas respondem por mais de 50% dos registros de bens imateriais (MOASSAB, 2016; NAME; ZAMBUZZI, 2019). Sendo categorias problemáticas – pois há materialidades no que é dito imaterial e vice-versa –, pode-se subentender hierarquias na distinção entre o tombamento definitivo (comumente de “materialidades” de matriz europeia) e o registro provisório (usualmente de “imaterialidades” de outras matrizes etnorraciais).

Como não somente os escritos decoloniais comentam, é verdade que a patrimonialização se interessa pela memória em atenção aos que detêm poder, espetaculariza o espaço e escamoteia conflitos (RIBEIRO, 2014). Na América Latina e no Caribe, sobram exemplos de cidades que preservam e turistificam edificações ou conjuntos que denotam “herança europeia”; ou que buscam apagar ou esquecer os vestígios da ocupação por outros grupos que coexistiam ou ainda convivem na outrora cidade “colonial” (COSTA, 1989; NAME; MOASSAB, 2014; LARA, 2018; SILVA, 2018). E se, de grandes conjuntos do passado de matrizes não europeias, como Machu Picchu ou Teotihuacán, são a solidez, a perenidade e a monumentalidade o que lhes confere o “certificado civilizacional” de sítio arqueológico, no presente ainda se dá valor à dureza e ao arrojado do concreto armado e, por extensão, são depreciados os materiais provisórios ou leves – adobe, taipa, palha, madeira, bambu etc. – e desconsiderados os saberes conexos à antimemorialidade da arquitetura em lajes em favelas, de palafitas ribeirinhas e *chinampas* lacustres,

⁹ Aqui, tomo emprestado e modifico o título da segunda tese de Maldonado-Torres (2018, p. 35-36): “Colonialidade é diferente de colonialismo e decolonialidade é diferente de descolonização”. Sua quinta tese também (p. 41-43) inspira minha exposição.

das malocas indígenas e dos quilombos e *palenques*, por exemplo (MOASSAB, 2016; CUNHA, 2019; FREIRE-MEDEIROS; NAME, 2019).

Também é verdade, porém, que grupos etnorraciais marginalizados por vezes veem o tombamento como único recurso capaz de evitar o desaparecimento dos ambientes construídos que albergam sua cultura, não podendo descartar o instrumento. Trata-se de uma situação que os posiciona na encruzilhada em que se superpõem a proteção do que julgam seus valores e a sustentação da lógica ocularcêntrica e brancocêntrica que os inferioriza.

*Terceira “tese”: A modernidade/colonialidade é catástrofe metafísica que naturaliza a extração da natureza, a arquitetura como veículo de civilização e quais vidas não importam*¹⁰

Diz-nos Maldonado-Torres (2018, p. 36-37) que a invasão das Américas foi uma catástrofe metafísica. Se no que viria a ser a Europa, antes, já havia distinções radicais entre humanos, mantinha-se a cosmologia monoteísta do mundo como criação divina em que se harmonizavam e justificavam todos os seres (FOUCAULT, ([1997] 2010; NAME, 2010; GROSFUGUEL, 2012; MIGNOLO, [1995] 2016). A “descoberta” de um quarto território chocou-se com a ideiação católica da Trindade, produzindo uma agudizada alteridade que impeliu europeus a redesenharem sua ontologia (O’GORMAN, [1958] 2010). À vista disso, a *terra incognita* tornou-se um Novo Mundo, um *deseño ontológico* (ESCOBAR, 2016, p. 127-156) resultado de tudo que se renomeou, classificou, ocupou e utilizou em proveito de conquistadores, à custa de ecocídios e genocídios, isto é, em detrimento de humanos e não humanos que, na nova distinção radical e racial entre sujeitos, têm vidas que não mais importam.

Nas Américas, a destruição ambiental se fixa como “extração sem-fim e como objetivo em si mesmo da ação colonizadora” (MACHADO ARÁOZ, [2014] 2020, p. 93).

Sob a rapinagem do pau-brasil vermelho-sangue, os monocultivos de caráter extrativo das *plantations* e o brilho reluzente do ouro e da prata, obtidos com o trabalho escravo e servil, dizimaram-se florestas, esgotaram-se solos e exauriram-se minas, morrendo milhares de negros e indígenas – por tortura, assassinato ou exaustão (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 25). Ao passo que se implantavam tais sistemas produtivos, também se erigiam cidades e edifícios. Assim, contrariamente ao que mais tarde irão dizer humanistas europeus, “*o espírito do capitalismo não foi calvinista, mas católico*” e “*a primeira urbanização moderna não se deu em Manchester ou em Londres, mas em Potosí*” (MACHADO ARÁOZ, [2014] 2020, p. 113).

A arquitetura tornou-se veículo de civilização e controle, às custas de morte e destruição. Ademais, não foi no palimpsesto medieval europeu, mas nas Américas vistas como folhas em branco, que os postulados de arquitetura de Leon Battista Alberti puderam encontrar seu mais produtivo laboratório experimental (FERNÁNDEZ, 1998): *misiones* jesuíticas se sobrepueram a aldeias indígenas; aplicou-se a quadrícula à maioria das novas cidades de colonização espanhola; marcou-se a paisagem com torres católicas, fortalezas e outros elementos distintivos que tornavam a abrangência de regiões paroquiais ou da administração colonial visível e inteligível; e sobre as ruínas de sítios originais, ergueram-se *plazas de armas*, templos cristãos e edifícios administrativos, muitas vezes com as pedras do que fora destruído (NAME; MOASSAB, 2014). A invasão desenhou, afinal, “*uma cidade para excluir e induzir o respeito pelo medo*”, o que é “*muito diferente de uma cidade para tornar as pessoas livres. Esta é a regra desde o início do século XVI: a cidade como uma máquina de exclusão*” (LARA, 2018, p. 71), que segue “*segmentando, fragmentando, estratificando a população em seu ordenamento urbano. Bairros para índios [e negros], para pobres, para ofícios considerados de pouco valor [...] Outros bairros, para ricos, para elites, para brancos*” (RODRÍGUEZ, [2013] 2016, p. 303).

¹⁰ Faço, nesta “tese”, alusão indireta à terceira tese de Maldonado-Torres (2018, p. 36-41) – “Modernidade/colonialidade é uma forma de catástrofe metafísica que naturaliza a guerra que está na raiz das formas moderno/coloniais de raça, gênero e diferença sexual”. Também dialogo com sua quarta tese (p. 41).

Não há cidade contemporânea latino-americana ou caribenha sem que africanos, indígenas ou seus descendentes a tenham construído com suas próprias mãos, sejam os que foram escravizados, sejam os que, na produção da arquitetura, atualmente ocupam os postos precarizados de trabalho do lado do canteiro de obra ou os que autoconstróem por falta de opção de moradia digna (CUNHA, 2019; MOASSAB, 2019). Foi também por aqui que se pôde construir a Brasília que prometeu a salvação higienista do Movimento Moderno, mas cuja construção matou *candangos*; e grandes obras como a Usina de Itaipu, que destruiu vidas operárias e paisagens de dois países em nome do desenvolvimento. Os condenados da cidade, em sua maioria racializados como não brancos, são os que vivem ainda hoje em bolsões de pobreza, favelas, aglomerados de exclusão, áreas de risco e zonas de sacrifício: o capitalismo da modernidade/colonialidade é racista e os pobres que ficam mais expostos a riscos e degradação ambiental têm “cor”.¹¹

Não há possibilidade, por fim, em nosso tão delicado momento brasileiro, que uma analítica que busque a decolonialidade despreze dados tão evidentes da colonialidade: não parece coincidência que, no momento de publicação deste texto, estejam nas Américas quatro dos cinco países com mais mortes por covid-19 (Estados Unidos, Brasil, México e Peru); e que, enquanto elites brancas lotam os bares de bairros elegantes de muitas cidades brasileiras, a pandemia siga matando, contaminando e afetando mais as populações não brancas e de territórios periféricos (ALBUQUERQUE, 2020; BARROCAL, 2020; GOES, RAMOS e FERREIRA, 2020; IPAM AMAZÔNIA, 2020).

Quarta “tese”: Não existe arquitetura decolonial porque não existe ensino de arquitetura decolonial porque não existe arquitetura decolonial

Tomo o título de um texto da arquiteta brasileira Ana Paula Baltazar (2020) para, com ela, me referir à im-

possibilidade de eclosão da decolonialidade se forem mantidos os traços desenhados, desde o Renascimento, no ensino de projeção em arquitetura: um paradigma de representação que, ainda no presente, reifica a cisão entre projeto e canteiro – também uma divisão racial do trabalho há décadas denunciada (FERRO, [1976] 1979; ARANTES, 2008; MOASSAB, 2020) – e a produção de espaços extraordinários, que desapoia soluções à vida cotidiana.

Mignolo ([1995] 2016) e também o historiador estadunidense Alfred Crosby ([1997] 1999) – mais próximo ao pós-colonial – apontam que a cartografia e a perspectiva unem pantometria e visualização. Provindo de uma técnica *geometricamente exata*, mas *inventiva*, forjam um ponto de vista que apreende muito mais e em mais detalhe do que pode o olho humano. Além disso, como nos avisa o geógrafo cultural francês Augustin Berque ([1999] 2012, p. 6-7), dos objetos assim representados, somente interessam sua posição no espaço, seu contorno e suas medidas. Contemplados na concepção de arquitetura formulada por Alberti, tais princípios desdobraram em técnicas, estéticas e éticas não mais baseadas no que se constrói aqui e agora, tendo em conta o acúmulo de saberes do passado; mas em como aqui e agora bidimensionalmente se representa o que só depois se construirá tridimensionalmente. A própria palavra “*projeto*” alude, afinal, a um “*projetil*” lançado ao futuro (LARA, 2018; GUTIÉRREZ; NAME; CUNHA, 2020).

Mapas, perspectivas, plantas baixas, cortes e fachadas *não são realistas* e sua precisão e previsibilidade *não são neutras*. Foram resultadas de um observador geo-historicamente localizado, isto é, que tem etnicidade, lugar, classe e tempo específicos – branco-europeus, burgueses e atrelados aos anseios da conquista de territórios à época dos “descobrimientos”, auxiliados pela exatidão matemática. Acrescendo a assunção que fazem de que é no futuro que se aloca o bom espaço que se projeta, por conseguinte desenham um presente insuportável,

¹¹ O tema, evidentemente, não surge com a literatura decolonial e há muito é debatido pela ecologia política (cf. HERCULANO; PACHECO, 2006; VIÉGAS, 2006; SVAMPA; VIALE, 2014).

que amplia a gama de mal-estares que anima o perulário consumo contemporâneo – e que, do objeto à paisagem, é social, ambiental e racialmente injusto (GUTIÉRREZ, [2015] 2020; NAME, 2020).

Uma analítica da decolonialidade exige despreendimento de velhos hábitos e abertura à desobediência projetiva. No que concerne à representação, creio ser importante valorizar práticas de *bilinguajamento* (MIGNOLO, [2000] 2003) – em alguma medida, ao modo do antropófago (ANDRADE, [1928] 1990) – que sobreponham técnicas convencionais a outras linguagens, aumentando as possibilidades de representar o irrepresentável (NAME; FREITEZ, 2019; FREITEZ, 2019; RUGERI, 2019; SPINDULA; NAME; MOASSAB, 2020). Penso ser importante prezar, igualmente, desenhos situados: arranjos espaciais inclusivos de toda a gama de diversidades (ESCOBAR, 2016), além de questionar a ideia de modelo – normativa e prescritiva de um objeto impositivo e acabado – para projetar “na lógica do exemplo, que tem por pressupostos a experiência, a sensibilidade, a capacidade inventiva” (BALTAZAR, 2020, p. 125).

Faz-se importante, por fim, compreender que se pode “desenhar com o design que não se chama assim” (GUTIÉRREZ, [2015] 2020). Afinal, há cidades independentemente de urbanistas, paisagens e paisagismos sem paisagistas e arquiteturas sem arquitetos e até mesmo sem arquitetura (GUTIÉRREZ; NAME; CUNHA, 2020, p. 70-72). A despeito do que profissionais prescrevam ou proscravam, informam diferentes intelectuais e abordagens que objetos, arquiteturas, cidades e paisagens continuarão a ser criados na prática viva de conhecimentos, técnicas e processos – por vezes ancestrais – conduzidos individual ou coletivamente por pessoas comuns e condenados da cidade, em seu cotidiano ordinário (RUDOFKY [1964] 1973; FATHY [1973] 2009; BOUFLEUR, 2013; VAN LENGEN, [1981] 2014; FREIRE-MEDEIROS; NAME, 2019; MARQUES; MASS, 2020).

No entanto, adjetivar quaisquer resultados de práticas de projeção julgadas insurgentes, disruptivas ou provocativas como “decoloniais” pode converter a dife-

rença colonial em valor agregado a novos produtos arquitetônicos (GUTIÉRREZ; NAME; CUNHA, 2020, p. 73-74) – pelos quais, aliás, certa avidez poderá surgir nos mercados pós-pandêmicos. A tarefa que este artigo propõe a suas leitoras e leitores é mais complexa: uma revisão historiográfica e epistemológica que possa conduzir, mas não necessariamente levará, a resultados espaciais novos; mas que, no caminho, possibilite alterar métodos, processos e programas espaciais e projetivos que promovam a colonialidade – no mínimo, porque naturalizam e tentam universalizar modos de vida branco-burgueses em quaisquer espaços habitados. Só assim o projetado poderá abraçar a diversidade do vivido e prover outras existências e outros modos de habitar. Por outras palavras, não é interessante que o termo decolonial desenhe um novo estilo, como reincidentemente se nota na história da arquitetura. Talvez, por isso, seja melhor, no lugar de *arquitetura decolonial*, tratar de uma *perspectiva decolonial em arquitetura* (MOASSAB; RUGERI; FREITEZ; NAME, 2020, p. 21). Ou que finalmente discutamos o racismo estrutural (e particularmente o epistêmico) em nosso campo.

O debate está aberto!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFP. Maduro muda nome de rodovia de Caracas com críticas a conquistadores “genocidas”. Uol, *Notícias*, 12 out. 2020.
- ALBUQUERQUE, A. L. Moradores de favelas isoladas no Rio lutam por lembrança e ajuda. Folha de S. Paulo, *Cotidiano*, 5 jun. 2020.
- ANDRADE, O. Manifesto antropófago. In: *A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo, [1928] 1990, p. 47-52.
- ARANTES, P. F. O grau zero da arquitetura na era financeira. *Novos estudos CEBRAP*, n. 80, p. 175-195, 2008.
- BALTAZAR, A. P. Não existe arquitetura decolonial porque não existe ensino de arquitetura decolonial porque não existe arquitetura decolonial. *Redobra*, v. 6, n. 15, p. 121-136, 2020.
- BARROCAL, A. 73% dos negros perderam renda no Brasil durante a pandemia. *Carta Capital*, 17 jun. 2020.

- BERQUE, A. Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos. *Geograficidade*, v. 2, n.1, (1999) 2012, p. 4-12.
- BLAUT, J. M. *The colonizer's model of the world*. New York/London: The Guilford Press, 1993.
- BOUFLEUR R. N. *Fundamentos da gambiarra: a improvisação utilitária contemporânea e seu contexto socioeconômico*. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- CASTRO-GOMEZ, S.; GROSGOQUEL, R. (org.). *El giro decolonial*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.
- CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, (1955), 2020.
- COMAROFF, J.; COMAROFF, J.L. *Teorías desde el sur*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, (2012) 2013.
- CONNEL, R. *Southern theory*. Cambridge/Malden: Polity Press, 2007.
- COSTA, A. L. R. *Ekeabó! Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX*. 1989. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1989.
- CUNHA, G. R. Assistência técnica habitacional com técnicas construtivas não convencionais: proposta de adequação sociotécnica para o enfrentamento da colonialidade tecnocientífica. *Epistemologias do sul*, v. 3, n. 1, p. 142-153, 2019.
- CROSBY, A. *A mensuração da realidade*. São Paulo: Editora UNESP, (1997) 1999.
- DUSSEL, E. Europa, modernidad y eurocentrismo In: LANDER, E. (org.). *La colonialidad del saber*. Buenos Aires: Clacso, 2000, p. 41-54.
- DUSSEL, E. ¿Son posibles muchas modernidades? Un diálogo sur-sur. In: LÓPEZ N., V. R. (org.). *De lo poscolonial a la descolonización*. México: Unam, 2018, p. 138-153.
- ESCOBAR, A. *Autonomía y diseño*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2016.
- ESCOBAR, A.; VERÍSSIMO, C. Projeto/ar como a cura da vida. *Redobra*, v. 6, n. 15, p. 51-58, 2020.
- FANON, F. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, [1961] 2005.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, (1952) 2008.
- FARRÉS D., Y. Arquitetura e decolonialidade: algumas ideias sobre a Escola de Artes Plásticas de Ricardo Porro. *Redobra*, v. 6, n. 15, p. 289-316, (2015) 2020.
- FARRÉS D., Y.; CUNHA, G. R.; NAME, L. Por um diálogo latino-americano sobre colonialidade, arquitetura e urbanismo. *Redobra*, v. 6, n. 15, p. 87-107, 2020.
- FATHY, H. *Arquitectura para os pobres*. Lisboa: Argumentum/Dinalivro, (1973) 2009.
- FERNÁNDEZ, R. *El laboratorio americano: arquitectura, geocultura y regionalismo*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1998.
- FERRO, S. *O canteiro e o desenho*. São Paulo: Projeto, (1976) 1979.
- FOUCAULT, M. Aula de 28 de janeiro de 1976. In: *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, (1997) 2010.
- FREIRE-MEDEIROS, B.; NAME, L. Epistemologia da laje. *Tempo social*, v. 31, n. 1, p. 153-172, 2019.
- FREITEZ C., O. Desenhando com o subalterno. *Epistemologias do sul*, v. 3, n. 1, p. 166-179, 2019.
- G1. Grupos indígenas derrubam estátua de colonizador na Colômbia. G1, *Mundo*, 17 set. 2020.
- GOES, E. F.; RAMOS, D. O.; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da covid-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, n. 3, p. 1-7, 2020.
- GROSGOQUEL, R. El concepto de “racismo” en Michel Foucault y Frantz Fanon: ¿teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser? *Tábula Rasa*, n. 16, p. 79-102, 2012.
- GROSGOQUEL, R. Desenvolvimentismo, modernidade e teoria da dependência na América Latina. *Revista de Estudos Antiutilitaristas e Pós-Coloniais*, v. 3, n. 2, p. 26-55, (2000) 2013.
- GROSGOQUEL, R. ¿Negros marxistas o marxismos negros? Una mirada descolonial. *Tabula Rasa*, n. 28, p. 11-22, 2018.
- GUTIÉRREZ B., A. Ressurgimentos: suis como desenhos e desenhos-outros. *Redobra*, v. 6, n. 15, p. 265-288, (2015) 2020.
- GUTIÉRREZ B., A.; NAME, L.; CUNHA, G. R. Desenhos outros: da hegemonia ao giro decolonial e dos desenhos do sul aos “dessocons”. *Redobra*, v. 6, n. 15, p. 59-86, 2020.
- HALL, S. Raça, o significante flutuante. *Revista Z Cultural*, v. 8, n. 2, (1995) 2013.

- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, (1988) 1995.
- HERCULANO, S.; PACHECO, T. (org.). *Racismo ambiental*. Rio de Janeiro: Fase, 2006.
- INEP. *Instrumento de avaliação de cursos de graduação*. Brasília: Mec/Inep/Dae, 2017.
- IPAM AMAZÔNIA. Mortalidade de indígenas por covid-19 na Amazônia é maior do que média nacional. Ipam Amazônia, *Notícias*, 21 jun. 2020.
- JACQUES, P. B. Notas fugidias sobre nossa herança antropológica. *Redobra*, v. 6, n. 15, p. 111-120, 2020.
- LARA, F. Teorizando o espaço das Américas: possíveis saídas para séculos de exclusão e de esquecimento. *América*, n. 1, p. 66-75, 2018.
- LORDE, A. As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. In: *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, (1979) 2020, p. 135-139.
- MACHADO ARÃOZ, H. *Mineração, genealogia do desastre*. São Paulo: Elefante, (2014) 2020.
- MALDONADO-TORRES, N. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 80, p. 71-114, [2004] 2008.
- MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (org.). *Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 27-54.
- MALDONADO-TORRES, N. Notas sobre la colonialidad de la paz. In: *La construcción del "mundo del Tú"*. Moca: Guamo, 2020, p. 10-14.
- MARQUES, P.; MASS, M. Design espontâneo periférico da América Latina: uma forma de participação alternativa e subversiva. In: PDC. *Proceedings...* Manizales: PDC, 2020.
- MBEMBE, A. Que faire des statues et monuments coloniaux? *Africultures*, 16 mar. 2006.
- MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, (2013) 2018.
- MEMMI, A. *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1985] 2007.
- MIGNOLO, W. D. *Historias locales/diseños globales*. Madrid: Akal, (2000) 2003.
- MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 34, p. 287-324, (2003) 2008.
- MIGNOLO, W. D. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. In: CABALLO, F.; HERRERA R., L. A. (org.) *Hab la frontera*. Barcelona: Cidob, (1999) 2015a, p. 117-139.
- MIGNOLO, W. D. Geopolítica de la sensibilidad y del conocimiento: sobre descolonialidad, pensamiento fronterizo y desobediencia epistémica. In: CABALLO, F.; HERRERA R., L. A. (org.) *Habitar la frontera*. Barcelona: Cidob, (2013) 2015b, p. 173-189.
- MIGNOLO, W. D. *El lado más oscuro del Renacimiento*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, (1995) 2016.
- MOASSAB, A. O patrimônio arquitetônico no século 21. Para além da preservação uníssona e do fetiche do objeto. *Arquitextos*, v. 17, n. 198.07, 2016.
- MOASSAB, A. Os desafios de introduzir as categorias gênero e raça no ensino de arquitetura e urbanismo. *Epistemologias do sul*, v. 3, n. 2, p. 134-153, 2019.
- MOASSAB, A. De que lado a arquitetura está? Reflexões sobre ensino, tecnologia, classe e relações raciais. *Revista Projeto*, v. 5, n. 1, p. 8-19, 2020.
- MOASSAB, A.; RUGERI, M. R.; FREITEZ C., O.; NAME, L. Arquitetura, gênero e raça. *Redobra*, v. 6, n. 15, p. 19-50, 2020.
- NAME, L. A natureza como o Outro de diferentes partes: uma discussão sobre Ratzel e alteridade. *Biblio 3W*, v. 15, n. 854, 2010.
- NAME, L. Aníbal Quijano depois do dependentismo: notas inconclusivas sobre colonialidade, raça e a atualização do debate sobre centro e periferia. *Epistemologias do sul*, v. 3, n. 2, p. 118-133, 2019.
- NAME, L. Geopolítica do alimento e a pedagogia do coronavírus: quem acessa um pé de manga ou tem uma horta e rei. *Cadernos Sesunila*, n. 3, p. 90-97, 2020.
- NAME, L.; FREITEZ C., O. Cartografias alternativas decoloniais. Gênero, sexualidades e espaços em uma universidade em área transfronteira. *Arquitextos*, ano 20, n. 230.02, 2019.
- NAME, L.; MOASSAB, A. Por um ensino de paisagismo crítico e emancipatório na América Latina: um debate sobre tipos e paisagens dominantes e subalternos. In: ENEPEA, 12, 2014. *Anais...* Vitória: Enepea, 2014.

- NAME, L.; ZAMBUZZI, M. Notas inconclusivas sobre raça, arquitetura e a colonialidade do patrimônio material e imaterial. *Epistemologias do sul*, v. 3, n. 1, p. 118-140, 2019.
- NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, (1978) 2016.
- O'GORMAN, E. *La invención de América*. México: Fondo de Cultura Económica, (1958) 2010.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/razionalidad. *Perú Indígena*, v. 13, p. 11-29, 1992.
- QUIJANO, A. ¡Qué tal raza! *Ecuador Debate*, n. 48, p. 141-151, 1999.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (org.) *La colonialidad del saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 201-246.
- REDAÇÃO. Candidatos do PSL destroem placa em homenagem a Marielle Franco. O Estado de S. Paulo, *Política*, 3 out. 2018.
- RESTREPO, E.; ROJAS, A. *Inflexión decolonial*. Popayán: Instituto Pensar, 2010.
- REUTERS. Estátua de escravocrata é substituída por uma de manifestante negra no Reino Unido. G1, *Mundo*, 15 jul. 2020.
- RIBEIRO, C. R. A construção da memória a partir do espaço público nacional: a produção do espaço cordial e suas rupturas. *Libertas*, v. 14, p. 1-21, 2014.
- ROBINSON, C. J. Capitalismo racial: el carácter no objetivo del desarrollo capitalista. *Tabula Rasa*, n. 28, p. 23-56, (1999) 2018.
- RODRÍGUEZ I., M. Resignificando a cidade colonial e extrativista. Bem Viver a partir de contextos urbanos. In: DILGER, G.; LANGER, M.; PEREIRA FILHO, J. (org.). *Descolonizar o imaginário*. São Paulo: Elefante, (2013) 2016, p. 297-333.
- ROY, A. Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno. *Cadernos e-metropolis*, v. 8, n. 31, p. 6-21, (2014) 2017.
- RUBBO, D. A. Aníbal Quijano em seu labirinto: metamorfoses teóricas e utopias políticas. *Sociologias*, v. 21, n. 52, p. 240-269, 2019.
- RUDOFISKY, B. *Arquitectura sin arquitectos*. Buenos Aires: Eude, (1964) 1973.
- RUGERI, M. R. Casa branca, terra roxa: modernidade, espaço rural, arquitetura e suas relações de gênero. *Epistemologias do sul*, v. 3, n. 2, p. 156-165, 2019.
- SANTOS, B.S.; MENESES, M.P. (org.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2009.
- SELIGMANN-SILVA, M. Antimonumentos: trabalho de memória e de resistência. *Psicologia USP*, v. 27, n. 1, p. 49-60, 2016.
- SILVA, R. A. *Afroinscrições negras em Petrópolis: história, memória e territorialidades*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2018.
- SPINDULA, M. G.; NAME, L.; MOASSAB, A. Drag queens em banheiros públicos coletivos e ruas de Foz de Iguaçu: cartografias de corpos dissidentes em lugares transientes. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 11, n. 2, p. 3-29, 2020.
- SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, (1985) 2010.
- SVAMPA, M.; VIALE, E. *Maldesarrollo*. Buenos Aires, Katz, 2014.
- TORRES, L. Dupla que pichou estátua de Zumbi pede desculpas: 'É uma adrenalina'. G1, *Rio de Janeiro*, 21 out. 2014.
- TRAVERSO, D. Tearing down statues doesn't erase history, it make us see it more clearly. *Jacobin*, 24 jun. 2020.
- VAN LENGEN, J. *Manual do arquiteto descalço*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, (1981) 2014.
- VELLOSO, R. De/descolonizar o urbano, insurreição nas periferias: notas de pesquisa. *Redobra*, v. 6, n. 15, p. 153-176, 2020.
- VIÉGAS, R. Desigualdade ambiental e zonas de sacrifício. In FASE; IPPUR (org.). *Mapa dos conflitos ambientais no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Fase/Ippur, 2006.
- WALLERSTEIN, I. Eurocentrismo e seus avatares: os dilemas da ciência social. In: *O fim do mundo como o concebemos*. Rio de Janeiro: Revan, (1997) 2002.
- WALSH, C. (org.). *Pensamiento crítico y matriz colonial*. Quito: Uasb/Abya Yala, 2005.